

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Mesmo sem verba, ministros vão mais a seus Estados](#) 6

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Óleo paulista 1	2
Título: Dedo na tomada	2
Título: Índios do Pará tentam fechar megagarimpo que polui rio.....	3
Título: Funainão comenta ação do garimpo	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Mesmo sem verba, ministros vão mais a seus Estados	6
Título: » Contra.....	7

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Lauro Jardim****Título: Óleo paulista 1**

ECONOMIA

Pela primeira vez na história, São Paulo terminou 2017 como o segundo maior produtor de petróleo e gás no Brasil. Superou o Espírito Santo, que ocupava o posto há mais de uma década. Em dezembro, a produção paulista foi de 471 mil barris de óleo por dia, contra 440 mil no Espírito Santo.

Óleo paulista 2

O crescimento de São Paulo se deve fundamentalmente ao pré-sal. Enquanto o Espírito Santo tem 51 campos produtores, São Paulo conta com apenas seis. Em 2010, os paulistas praticamente não produziam petróleo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: Dedo na tomada**

A União vai tentar espetar na Eletrobras a dívida de quase R\$ 20 bilhões das distribuidoras de energia de Norte e Nordeste que estão sendo privatizadas. Mas a recomendação do Conselho de Administração e da direção da Eletrobras é de que a estatal só assuma R\$ 11,5 bilhões.

Posto de gasolina

A Agência Nacional do Petróleo lança, amanhã, aplicativo com dados do setor, inclusive permitindo aos moradores das cidades que recebem royalties acompanhar os desembolsos. O próximo passo é um aplicativo para informar o preço da gasolina em cada posto e a frequência com que os estabelecimentos são fiscalizados.

Em tempo...

A ideia é permitir a comparação do preço com a qualidade do combustível ofertado. Maravilha!

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: FABIANO MAISONNAVE - ENVIADO ESPECIAL À TERRA INDÍGENA MUNDURUKU (PA)****Título: Índios do Pará tentam fechar megagarimpo que polui rio**

Sem apoio do Estado, mundurucus pressionam garimpeiros ilegais

Expedição com dezenas de índios armados percorreu 1.160 km pelo rio das Tropas, poluído pela mineração

Os 225,8 km de água enlameada que cruzam a floresta amazônica anunciam a tragédia adiante: megagarimpos ilegais encravados na Terra Indígena Munduruku e na Floresta Nacional do Crepori, no sudoeste do Pará. Mas, ao contrário do rio Doce, a destruição do remoto rio das Tropas acontece de forma oculta — menos para os índios.

Cansados de esperar por uma intervenção do Estado, guerreiros e lideranças da etnia, incluindo o cacique-geral, Arnaldo Kaba, organizaram uma expedição para expulsar os garimpeiros não indígenas do local. Em seis lanchas, dezenas viajaram armados com flechas e espingardas de caça, mulheres, crianças e idosos. A reportagem da Folha acompanhou a viagem.

A iniciativa foi precedida por um duro comunicado do Movimento Ipereg Ayu ("povo que sabe se defender"). Contrário a todo tipo de garimpo, tem forte participação de mulheres e é responsável por protestos como a tomada da usina Belo Monte, em 2013.

Com "muita dor e vergonha", o movimento diz que a aldeia PV, cooptada e cercada pelo garimpo, "não existe mais". Prometeu expulsar os garimpeiros pariwat (brancos) e destruir seu maquinário. E acusa o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o Ministério Público Federal de "ficar no escritório ou fazendo reunião".

A viagem tomou dois dias de barco desde Jacareacanga (1.160 km em linha reta de Belém), da foz do rio das Tropas, que desagua no Tapajós, até a cabeceira. Antes de águas transparentes, o rio ficou barrento em toda a extensão.

Durante paradas em algumas das cerca de 20 aldeias às margens do Tropas, os mesmos relatos de que o rio deixou de ser fonte de água e alimento. "Acabou o peixe. Estamos há quatro anos sem usar a água do rio", disse a vice-cacique Iraneide Saw, 29, por meio de intérprete. Sua aldeia, a Caroçal, é agora abastecida por um poço artesiano.

Ao mesmo tempo, muitos mundurucus dessas aldeias trabalham ou já passaram por garimpos de ouro, há décadas a principal atividade econômica da região do Tapajós. É comum a fala de que a extração do ouro deveria ser feita pelos próprios mundurucus. Na suamaioria, eles não usam PCs (escavadeiras), que têm alto potencial destruidor.

A parte mais crítica da viagem começou a 7 km da aldeia PV. A partir dali, onde há um grande garimpo dentro da Flo-na do Crepori, a expedição subiu pelo igarapé Massarandu-ba, que corre apenas dentro da terra indígena e é principal afluente do rio das Tropas.

Por cerca de 2h30, os pilotos dos barcos sofreram para subir o leito desviado e asso-reado em meio a toneladas de terra revirada. Não há nenhuma vida aquática ali, apenas um jorro contínuo de lama. Após uma viagem em silêncio pela área devastada, o gru-po chegou à aldeia no meio da tarde do último dia 25. Os mundurucus pareciam em minoria: vários garimpeiros circulavam pelas casas a pé, em motos e em quadriciclos.

Escola invadida

Única presença visível do Estado, a escola municipal indígena virou depósito e dormitório de garimpeiros.

A poucos metros das casas de madeira, uma extensa pista recebeu sete aviões apenas naquela tarde. É uma ponte aérea entre o garimpo e o Creporizão, distrito de Itaituba (PA) e fonte de abastecimento de comida, combustível, bebida alcoólica e insumos.

Ironicamente, a aldeia PV, abreviação de Posto de Vigilância, foi criada em 1996 justamente para evitar a entrada de garimpeiros brancos. "Isso aconteceu por causa do cacique [Osvaldo Wuaru]. Ele autorizou e o filho dele [João] acelerou", diz o cacique-geral. "O índio é fraco pra vigiar."

Os cerca de 40 guerreiros abordavam garimpeiros não indígenas convocando-os para uma reunião. Alguns estavam protegidos por mundurucus pró-garimpo — um deles circulava sobre quadriciclo escoltado por quatro guerreiros armados com flechas, um deles pré-adolescente.

"NEM BoRBoLETA"

"A água está muito grossa, não tem mais peixe, não tem caça", disse Kaba a dezenas de garimpeiros que lotaram o centro de reuniões da aldeia. "Não vi nem borboleta atravessando o rio das Tropas."

O cacique-geral deixou claro: "Os senhores têm de sair".

O cacique da aldeia PV, Osvaldo Wuaru, foi menos enfático e falou sobre promessas não cumpridas, como um poço artesiano para substituir a água barrenta.

Foi a deixa para os garimpeiros renovarem promessas de ajuda. Um deles se levantou e entregou 20 gde ouro enquanto Wuaru falava. Ele embolsou o pacotinho de papel.

No final, os guerreiros mundurucus separaram os "donos de máquina" dos demais garimpeiros. Contaram 50, dos quais 39 não indígenas, obrigados a informar nome, número de máquinas e cidade.

Entre os mais poderosos está Eduardo Martins, que faz as vezes de pastor no garimpo. Com três PCs na área, ele prometeu fazer dois tanques de peixe, pagar o poço artesiano e até trazer deputado para falar com os mundurucus.

Os guerreiros deixaram o garimpo na manhã do último dia 27. Mas a promessa é voltar em 30 dias, desta vez para expulsar os invasores: "Aí virão todas as aldeias. É isso que estamos avisando."

VEÍCULO: O Globo

Seção: Ciências

Autor: DO ENVIADO À TERRA INDÍGENA MUNDURUKU

Título: Funainão comenta ação do garimpo

DO OUTRO LADO

Responsável por proteger os direitos dos povos indígenas, a Funai foi o único dos sete órgãos públicos procurados que não respondeu às perguntas enviadas pela Folha.

Já o ICMBio, que faz a gestão da Flona do Crepori diz que não há descontrole do garimpo na região nem alteração na fauna de peixe do rio das Tropas. O questionamento, submetido na terça (30) à Funai, inclui as ações do órgão indigenista contra o garimpo nos últimos anos.

A Funai é vista com desconfiança pelos mundurucus e até por outras instituições do Estado. Em reunião na quinta-feira (1) sobre o assunto no Ministério Público Federal em Santarém, o representante do órgão foi impedido de participar da primeira parte, que contou com Ibama, Polícia Federal e ICMBio. Entrou apenas no diálogo com lideranças indígenas.

Após a reunião, o procurador Paulo de Tarso de Oliveira pediu à Justiça Federal que "obrigue o Iba-ma e o ICMBio a fiscalizar em até 30 dias o garimpo ilegal na

TI Munduruku". "Caso a decisão judicial não seja cumprida, o MPF quer que o Ibama e o ICM-Bio sejam multados em R\$ 10 mil por dia de desobediência à Justiça", afirmou.

Em nota, o ICMBio admitiu que há 306 hectares des-matados pelo garimpo na Flona Crepori, "mas entendemos que a situação não é de descontrole". Disse ainda que não há relatos de diminuição de peixes.

Sobre atividades fiscalizatórias, o órgão diz ter feito apenas dois sobrevoos no ano passado, mas planeja ações "que devem ter impacto significativo na atividade garimpeira".

Em nota, o Ibama afirma que "há necessidade de intervenção urgente da Funai, do MPF e da PF para prisão dos criminosos e desintrusão da área". (FM)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Mesmo sem verba, ministros vão mais a seus Estados

Em alguns casos, eles aproveitam os fins de semana de folga fora de Brasília para fazer articulações políticas

BRASILIA- Mesmo em ministérios sem verba para distribuir aos Estados, ministros-candidatos dão um jeito de privilegiar seus redutos eleitorais. O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab (PSD), por exemplo, esteve 18 vezes em cidades paulistas, mais do que em Brasília, quase sempre divulgando a prefeit

o programa Internet para Todos, de baixo investimento, mas alta popularidade.

Há casos também de ministros que cumpriram agenda diferente da divulgada oficialmente. O ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa (PR), passou a maior parte de janeiro "sem compromissos oficiais", conforme sua agenda. Ele, no entanto, concedeu entrevistas, despachou com prefeitos de municípios alagoanos e vistoriou, em três sextas-feiras do mês, obras de rodovias no Estado. Quintella é deputado federal licenciado e se articula para disputar o Senado pela primeira vez ou a reeleição à Câmara.

O chanceler Aloysio Nunes (PSDB), por sua vez, tem uma agenda pública voltada para a política externa brasileira, mas aproveita para tentar conciliar com os interesses de seu mandato de senador por São Paulo, do qual se licenciou. Ele

vai se candidatar à reeleição. Quando possível, o ministro despacha do escritório de representação do Itamaraty na capital paulista.

Fim de semana. À exceção das agendas de trabalho, os ministros também passaram a intensificar os fins de semana de folga fora de Brasília, em articulações políticas. Em Pernambuco, uma frente governista de oposição ao governo Paulo Câmara, do PSB, tem reunido **os ministros de Minas e Energia, fernando coelho filho (PSB)**, e da Educação, Mendonça filho (DEM). Mendonça visitou cidades de Pernambuco em agenda oficial nove vezes nos últimos dois meses. /f.f. e t.f.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: ALINE BRONZATI CYNTHIA DECLOEDT FERNANDA GUIMARÃES

Título: » Contra.

Coluna do Broadcast

Um movimento dos acionistas minoritários da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) começa a surgir contra a proposta feita pela EDP Brasil para adquirir até 32% do total dos papéis preferenciais da companhia, por R\$ 27,00 por ação. Apesar de a classe de ação ser diferente, a exigência do grupo é que o valor oferecido seja ao menos o mesmo que foi pago à Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil no ano passado, quando adquiriu 14,5% da empresa por R\$ 230 milhões, ou seja, cerca de R\$ 41 por ação ordinária. Atualmente, a ON da Celesc está em R\$ 30,00 e a preferencial, próxima de R\$ 27,00.

» Barganha.

A visão dos minoritários é de que o poder de barganha está do lado deles. Como o número de conselheiros da companhia cairá de 13 para 11, por conta da Lei das Estatais, a EDP precisará de quatro conselheiros para conseguir influenciar na gestão da Celesc, ou seja, precisaria da vaga que hoje pertence aos preferencialistas. No entanto, nos bastidores, a EDP entende que não está definido quais acionistas perderão vaga no colegiado, ou seja, ela pode ficar com quatro assentos. A OPA, para ocorrer, ainda depende da aprovação da compra

das ações da Previ pela Previc, regulador dos fundos de pensão. Procurada, a EDP não comentou.

MME / ASCOM .